

HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA NA IDADE MÉDIA. UM BALANÇO

HUMBERTO CARLOS BAQUERO MORENO
LUIS MIGUEL DUARTE
LUIS CARLOS AMARAL
Faculdade de Letras, Universidade do Porto

1. INTRODUÇÃO

Ao contrário do que se passou em outras áreas da investigação histórica medieva, o 25 de abril de 1974 não parece ter introduzido qualquer ruptura na história da administração, limitando-se antes a sublinhar tendências bastante anteriores, como tem sido observado por vários autores (Marques, 1988: 88-93; Gomes, 1989; Homem, 1987).

Duas linhas de força condicionaram, de há muito, este domínio: a presença tutelar da *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, de Henrique da Gama Barros, e o quase monopólio das gentes do Direito no estudo das leis e das instituições políticas (de entre as quais destacaremos Paulo Merêa e Marcello Caetano).

Os medievalistas, que não abandonavam, consideraram praticamente esgotados os temas versados por Gama Barros, inclinaram-se respeitosa e seguramente perante as mostras de erudição e a *secura jurídica* dos historiadores do Direito, e, a partir dos finais dos anos 50, atacaram com apetite os novos temas e os novos campos cronológicos da chamada «história económica e social».

As mudanças políticas de há dezasseis anos só carregaram as tintas deste quadro: os tempos que se seguiram ao 25 de abril não eram os mais favoráveis a uma história da administração e das instituições que ainda não se definia a si própria como «história do Estado e das sociedades políticas», e que, para não se arriscar a generalizações grosseiras, dificilmente podia prescindir de uma demorada

e exigente «travessia dos arquivos». O convite não era tentador; foi pouco menos do que ignorado.

2. OS PRIMEIROS TRABALHOS

Ainda assim, dois investigadores haviam já chegado ao terreno: desde 1972 que Armando Luís de Carvalho Homem trabalhava, na Faculdade de Letras do Porto, na sua dissertação de Licenciatura, intitulada *Aspectos da Administração Central no reinado de D. Pedro I*, aprofundando e alargando vias de investigação que vinham sendo trilhadas, na Universidade de Coimbra, com estudos monográficos de diplomática régia e das chancelarias.

O segundo historiador é António Manuel Hespanha: tratando-se mais de um modernista, a sua invulgar preparação teórica e a sua vocação para sínteses de largo fôlego, preterindo de bom grado a separação Idade Média / Idade Moderna em favor da consideração de um «Antigo Regime» ou de «sociedades pré-estatais», convertem-no numa referência obrigatória, e das mais estimulantes, para os estudiosos das instituições medievais.

A multiplicação destes dois esforços individuais haveria de passar por uma atitude: repensar, por um lado, o verdadeiro alcance da obra de Gama Barros, e por outro, as virtualidades e limitações da história institucional tal como a vinham fazendo os juristas. De há muito que, sem contestar o valor e a utilidade da *História da Administração Pública*, os investigadores se mostravam crescentemente insatisfeitos com o volume de informação documental efectivamente manejado e com as conclusões tiradas de tal acervo; a cada passo se comentava e se comenta, entre os medievalistas, a falta de uma história da administração actualizada e tão exaustiva quanto possível. Foi o próprio A. L. Carvalho Homem quem, em 1985, deu uma base reflectida a essas «queixas», situando histórica e culturalmente a figura e o labor de Gama Barros, e mostrando a inevitabilidade das limitações do respectivo trabalho (Homem, 1985).

No campo da história do Direito, António Manuel Hespanha ensaiava, por seu lado, um renovar de perspectivas (Hespanha, 1974; e sobretudo 1972), postulando, de uma forma especial, a especificidade do jurídico: «...Este sublinhar da irredutibilidade do nível jurídico como objecto específico da análise histórica (e teórica), se permite a recusa de todas as formas de idealismo ou de voluntarismo na explicação da realidade social, permite também superar uma concepção mecanicista das relações entre o sistema jurídico e a base eco-

nómica, ou seja, uma concepção que configure o direito como decorrendo directamente e sem quaisquer mediações das relações estabelecidas ao nível do aparelho de produção económica. O sentido do intento de pulverizar a história global é precisamente o de excluir qualquer pretensão de estabelecer, de nível para nível de prática humana, relações directas de determinação ou dependência que conduzem a um esquematismo explicativo redutor da complexidade social» (Espanha, 1978, 25-26).

Os medievalistas iriam sobretudo colher preciosas sugestões na sua *História das Instituições. Epocas Medieval e Moderna*. O ponto de partida foi, como em vários outros casos, a docência universitária de A. M. Hespanha; o autor destaca três características da sua obra: o facto de partir de um modelo explicativo geral (que repetidamente é recordado ao leitor), a ambição de uma reflexão comparativa e de uma problematização teórica moderna. Como o próprio lembra no início, um trabalho que foca tantos temas, do Paleolítico ao século XVIII, não pode produzir, sobre todos eles, doutrina de igual qualidade, suscitando aqui e além aprofundamentos e interpretações divergentes (Mattoso, 1985).

Pessoalmente gostaríamos de ver testadas, no cadinho das fontes medievais, as ideias essenciais do chamado «paradigma pré-estadualista», que António Manuel Espanha vem desenvolvendo, em sintonia com outros investigadores italianos e espanhóis, e que poderá renovar toda a visão das instituições portuguesas medievais, bem como do relacionamento do rei com os nobres, os concelhos e os demais poderes (vejam-se nomeadamente deste autor 1984 e 1986c).

3. O «DESEMBARGO»

A investigação de A. L. de Carvalho Homem, ao invés, situa-se especificamente no período medieval. Deixemos o próprio autor resumir o essencial de tal investigação: «Foi através da análise de uma chancelaria que eu próprio cheguei à história do Estado e da sociedade política. Em 1972, empreendi o exame da documentação de Pedro I (1357-1367). Os meus mestres aconselharam-me então a estudar mais em especial os oficiais subscritores das cartas régias. Foi daí que nasceram os meus primeiros trabalhos. Foi igualmente daí que nasceu o projecto de alargar estas primeiras pesquisas a um período mais largo, Estudei a burocracia Régia (*desembargo*) e os seus oficiais ao longo do século que se estende dos últimos anos (1320-1325) do reinado de D. Dinis até à morte de D. João I (...). Esse

projecto conduziu a uma tese de doutoramento, defendida em dezembro de 1985 na Universidade do Porto» (Homem, 1987: 184). Tese que, ainda segundo Carvalho Homem, podemos resumir desta forma: «Partindo de uma definição tão rigorosa quanto possível das engrenagens governamentais e dos homens que nelas serviam, concentrei a minha atenção sobre a burocracia do governo e dos escalões superiores da justiça, *grosso modo*, ao longo do século que precedeu a primeira grande codificação legislativa, ou seja, as Ordenações Afonsinas de 1446. Comecei por considerar as leis relativas aos diversos officios do governo central; em seguida tentei ver o funcionamento concreto desses serviços, identificar e situar socialmente os homens que neles trabalhavam (clérigos, legistas, por vezes nobres); concluí com uma tentativa de síntese que pusesse em evidência as evoluções perceptíveis ao longo do período em causa. Um volume complementar oferece um catálogo prosopográfico das 240 pessoas que preencheram esses officios; nele se reúnem todas as informações conhecidas sobre a respectiva família, origens sociais, formação intelectual, carreira, actividades concretas que exerceram na burocracia (quantas cartas subscritas? e que tipo de cartas? por exemplo), e os privilégios que receberam. Em suma, numa investigação que utilizou fundamentalmente a documentação saída da chancelaria régia (...), parti da diplomática para atingir a sociedade política» (Homem, 1987: 184-185).

«História do Estado e da Sociedade Política» — não se trata de uma simples mudança de nome, mas de uma mudança de olhar, que aquele investigador filia em nomes como Raymond Cazelles, Jean Favier, Jean-François Lemarignier, René Fédou, Bernard Guenée, François Autrand, Peter Lewis, Joseph R. Strayer e Franklin Pêgues.

A dissertação de doutoramento em causa tem sido pontualmente aprofundada por Carvalho Homem, sozinho, em colaboração ou em investigações por si dirigidas, alargando o objecto quer do ponto de vista cronológico (D. Duarte, D. Alfonso V e D. João II) quer do ponto de vista temático (governos municipais, a chancelaria régia em si, etc.; vejam-se nomeadamente: Homem, Freitas, Pereira, 1988; Homem, Duarte, Mota, 1987; Duarte, 1988; Mota, 1989; Pereira, 1989).

OS CONCELHOS

Neste domínio os avanços são assinaláveis e mais diversificados: o próprio tema suscita abordagens em que economia, sociedade, espaço e vida quotidiana se misturam mais profundamente com os aspectos administrativos e institucionais.

Durante muito tempo, apenas podíamos recensear três estudos monográficos: o de Torquato de Sousa Soares sobre o Porto (1935), e os dois de Maria Teresa Campos Rodrigues sobre Lisboa, um dos quais de parceria com Marcello Caetano (1968 e 1951 respectivamente).

Por entre a proliferação de trabalhos dos últimos anos, permitirmos íamos quatro destaques: A. H. de Oliveira Marques que vinha repetidamente afinando uma metodologia para o estudo dos centros urbanos medievais portugueses (Marques, 1981). O projecto havia de ser concretizado num seminário de mestrado por ele dirigido na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, do qual saíram várias monografias (de Rita Costa Gomes, sobre a Guarda; de Amélia Andrade, sobre Ponte de Lima; de Manuela Santos Silva, sobre Obidos; de Hermínia Vilar, sobre Abrantes; de Sílvio Conde, sobre Tomar; de Maria João Branco, sobre Esgueira; de Sérgio Carvalho, sobre Sintra), e que esteve igualmente na base da recente publicação de um Atlas de cidades medievais (Marques, Gonçalves, Andrade, 1990). Em quase todos estes trabalhos os aspectos administrativos estão naturalmente presentes. Por sua vez, Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero de Magalhães, com uma vigorosa síntese que incorpora muita investigação pessoal dos dois autores, vieram possibilitar um salto qualitativo de tomo neste domínio (Coelho, Magalhães; 1986). A obra não se demora nos aspectos económicos, preferindo-lhes os sociais, políticos e administrativos. Uma terceira chamada de atenção vai para Humberto Baquero Moreno, que de há muito vem investigando aspectos diversificados do municipalismo medieval (Moreno, 1986, 1990 e, subsidiariamente, 1985 e 1990). Finalmente, o já referido trabalho de Adelaide Lopes Pereira (Pereira, 1989), que constituiu, tanto quanto sabemos, a primeira tentativa de estudo prosopográfico exaustivo dos homens da câmara de uma cidade medieval, o Porto, essencialmente a partir de actas de vereações.

Numa tentativa de listagem, e ressaltando mais do que prováveis omissões referiremos os estudos de Armindo de Sousa sobre conflitos políticos no Porto (que motivou o autor para um reflexão sobre os homens que dominaram a respectiva câmara, constituição do grupo e respectivas características; Sousa, 1983); sobre a estratégia concelhia nas primeiras cortes reunidas pelo Príncipe Perfeito (Sousa, 1989); e, pontualmente, sobre o governo de Braga (Sousa, 1990b); os dois preciosos estudos de José Marques, directamente relacionados com o tema que nos ocupa, sobre a administração de Vila do Conde (Marques, 1983) e de Mós de Moncorvo (1985); os de Iria Gonçalves sobre finanças locais do Porto e de Loulé (Gonçalves, 1987b e

1987a); as duas completas monografias de Ângela Beirante sobre Santarém e Évora (Beirante, 1980 e 1988); o trabalho de J. A. Duarte Nogueira sobre a primitiva administração municipal (Nogueira, 1987); o de Amélia Andrade sobre a vereação de Ponte de Lima (Andrade, 1987, desenvolvido na sua tese de mestrado: Andrade, 1985); os de Luís Miguel Duarte sobre a «ordenação dos pelouros» (Duarte, 1987), sobre o poder numa povoação de fronteira (Duarte, 1988), e, em conjunto com Luís Carlos Amaral, sobre a organização de uma finta na cidade do Porto (Duarte, Amaral, 1985); o de Maria José Pimenta Ferro Tavares sobre políticas municipais de saúde (Tavares, 1987); os múltiplos trabalhos de Maria Helena da Cruz Coelho, parcialmente reunidos em colectânea recente (Coelho, 1990, a que se poderá acrescentar Coelho, 1989); a já clássica síntese de José Mattoso (Mattoso, 1985) e seus artigos sobre feudalismo peninsular (Mattoso, 1987; este tema ocupa igualmente algumas páginas em Durand, 1982); e finalmente A. H. de Oliveira Marques, no seu indispensável capítulo sobre «O Estado e as relações Diplomáticas» do volume da Nova História de Portugal» (Marques, 1987).

Esta vaga de estudos tem sido estimulada por encontros científicos de temática municipal (Santo Tirso, 1982; Loulé, 1984 e 1988; Cascais, 1987; Reguengos de Monsaraz, 1989 e Lagos, 1990; entre muitos outros), bem como pela publicação de fontes (nomeadamente actas de vereações do Porto, de Loulé, de Montemor-o-Novo e de Vila do Conde).

5. AS CORTES

Seria ocioso alongarmo-nos sobre a investigação que vem sendo produzida neste domínio: o grande responsável pela total renovação da mesma, combinando uma sólida base erudita com uma abordagem teórica actualizada das fontes, Armindo de Sousa (Sousa, 1990a), fez recentemente, ele próprio, um apanhado bibliográfico do tema, para o qual remetemos os interessados (Sousa, 1989a; a completar com Moreno, 1989).

Haverá ainda que salientar o valiosíssimo trabalho do Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que deu já à estampa os textos de cortes de três reinados da 1.ª Dinastia (Cortes Portuguesas, 1982, 1986 e 1990), bem como o de uma chancelaria (Chancelarias Portuguesas, 1984), e que tem entre mãos a continuação desse trabalho.

6. HISTORIA DO DIREITO E DA JUSTIÇA

Nesta área, cremos que a tónica deve ser colocada em dois pontos: a edição de diversas histórias do direito português, de um modo geral baseadas em apontamentos que serviram de apoio à leccionação das cadeiras, dessa temática (Caetano, 1981; Silva, 1985; Costa, 1989 e ainda, com a já assinalada diferença, Hespanha, 1982) e, por outro lado, a publicação de fontes jurídicas de primordial importância: o *Fuero Real*, a *Primeira Partida* e, mais ainda, as Ordenações de D. Duarte, Afonsinas e Manuelinas (Ferreira, 1986 e 1980; Ordenações, 1988, 1984 e 1984). No domínio do direito canónico e da administração eclesiástica, não temos conhecimento de avanços especialmente significativos: ressalve-se o trabalho de José Marques (Marques, 1988). No âmbito das ordens militares, referência para uma abordagem a um senhorio hospitalário (Marreiros, 1985) e para uma dissertação de doutoramento sobre a casa senhorial do Infante D. Henrique (Sousa, 1989).

Aspectos pontuais têm ocupado a atenção de João Silva de Sousa no que toca a cartas de segurança (Sousa, 1989), a privilégios individuais e colectivos e a licença de porte de armas (Sousa, 1987 e 1982), e de Luís Miguel Duarte no que diz respeito à denúncia (Duarte, 1989), ao direito de asilo (Duarte, 1990a), ao direito do mar (Duarte, 1990b), à condenação às galés, em colaboração com José Augusto Pizarro (Duarte, Pizarro, 1989) e a problemas gerais da justiça e da criminalidade medievais (Duarte, 1986 e, em parceria, Duarte, Ferreira, 1989). De António Manuel Hespanha, consultem-se ainda os estudos sobre o direito penal do Antigo Regime (Hespanha, 1986a) e sobre as relações entre o mundo do direito erudito e a cultura popular (Hespanha, 1983).

Uma área pela qual vem renascendo o interesse é a do tabelionato. Desse interesse nasceu já uma preciosa tese de mestrado (Nogueira, 1988a) e algumas outras contribuições importantes (Nunes, 1981; Pereira, 1986; Cunha, 1986-87 e 1990).

7. CONCLUSÃO

No terreno desolado onde outrora reinavam, sem concorrência, Gama Barros e alguns juristas especializados em história do Direito, fervilham hoje os projectos, abundam as direcções de pesquisa. Num recente encontro entre historiadores portugueses e soviéticos, uma maocheia de investigadores trataram aspectos relacionados com a admi-

nistração. Teoria, recolha e tratamento de fontes e actualização bibliográfica têm, em nossa opinião, progredido num equilíbrio sadio. Aos citados trabalhos de Hespanha, de Helena Coelho e Romero de Magalhães e de Carvalho Homem poderão juntar-se, a breve trecho, novas sínteses parcelares. A história da administração portuguesa na Idade Média não atravessa propriamente um período de euforia (felicemente para ela), mas os piores dias parecem ter já passado.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Martim de (1980): «O Regimento Quatrocentista da Casa da Suplicação», *Arquivos do Centro Cultural Português*, XV, 7-49.
- AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel (1985): «Os Homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalidade, Sociedade e Organização Territorial no Porto Quatrocentista)», *Revista de História do Centro de Hist. da Univ. Porto*, VI, 7-96.
- ANDRADE, Amélia Aguiar (1985): *Ponte de Lima: o espaço e as gentes (sécs. XIV-XV)*, Tese Mest., U.N.L., polic.
- (1987): «Composição Social e Gestão Municipal: o exemplo de Ponte de Lima na Baixa Idade Média», *Ler História*, 10, 3-13.
- BEIRANTE, Maria Ângela (1980): *Santarém Medieval*, Lisboa, U.N.L.
- (1988): *Évora na Idade Média*, Tese Dout., U.N.L., polic.
- CAETANO, Marcello (1981): *História do Direito Português (1140-1495)*, Lisboa, Ed. Verbo.
- CHANCELARIAS PORTUGUESAS (1984): *D. Pedro I*, C.E.H. da F.C.S.H./U.N.L. (ed.), Lisboa, I.N.I.C.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1989): «Entre Poderes. Análise de alguns casos na centúria de Quatrocentos», *Revista da Faculdade de Letras-História*, II.ª Série, VI, 103-135.
- (1990): *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI. I. Notas do viver social*, Lisboa, Livros Horizonte.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1986): *O Poder Concelhio: das Origens às Cortes Constituintes. Notas de História Social*, Coimbra, C.E.F.A.
- CORTES PORTUGUESAS (1982): *Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, C.E.H. da F.C.S.H./U.N.L. (ed.), Lisboa, I.N.I.C.
- (1986): *Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, C.E.H. da F.C.S.H./U.N.L. (ed.), Lisboa, I.N.I.C.
- (1990): *Reinado de D. Fernando (1367-1383)*, I vol., C.E.H. da F.C.S.H./U.N.L. (ed.), Lisboa, I.N.I.C.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida e (1989): *História do Direito Português*, Coimbra, Livraria Almedina.
- CUNHA, Maria Cristina de Almeida e (1986-87): «Alguns tabeliães do Algarve durante a Idade Média», *Revista de História do C.H.U.P.*, VII, 151-157.

- (1990): «Tabeliães Bracarenses no Século XIII», in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, II, Braga.
- DUARTE, Luís Miguel (1986): «Justice et Criminalité au Portugal au Moyen Âge et au début de l'Époque Moderne — les traces, les silences, les problèmes», in *Actas do Congresso Internac. "La Leopoldina" — Criminalità e giustizia criminale nelle riforme del 700 europeo*, Milão, Biuffrè, III (pre-print), 2321-2332.
- (1987): «Eleições Municipais no Algarve no início do século XV», in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, Câm. Mun. Loulé, 297-304.
- (1988a): «Garcia de Melo em Castro Marim (A actuação de um alcaide-mor no início do século XVI)», *Revista da Faculdade de Letras - História*, II.ª Serie, V, 131-149.
- (1988b): «Um Rei a Reinar (algumas questões sobre o Desembargo de D. Afonso V na segunda metade do século XV)», *Revista de História do C.H.U.P.*, VIII, 69-81.
- (1989): «A Denúncia nas Leis e na Vida Portuguesa de Quatrocentos», in *Inquisição — Actas do 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, Lisboa, Universitária Editora, I, 447-461.
- (1990a): «Casa de Oração ou Covil de Ladrões (Notas sobre o direito de asilo em Portugal durante a Idade Média)», in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, II, Braga.
- (1990b): «Crimes do Mar e Justiças da Terra», in *Actas do Seminário "O Algarve e os Descobrimentos"*, Lagos (no prelo).
- DUARTE, Luís Miguel; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (1989): «Dependentes das elites vimaranenses face à Justiça no reinado de D. Afonso V», *Revista da Faculdade de Letras — História*, II.ª Série, VI, 175-221.
- DUARTE, Luís Miguel; PIZARRO, José Augusto (1989): «Os forçados das galés (Os barcos de João da Silva e Gonçalo Falcão na conquista de Arzilla em 1471)», in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, Porto, U.P./Com. Nac. Desc., II, 313-328.
- DURAND, Robert (1982): *Les campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*, Paris, Fund. C. Gulbenkian.
- FERNANDES, Maria Manuela Matos (1989): *D. João II (um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal)*, Tese Dout., Fac. Letras Lisboa, polic.
- FERREIRA, José de Azevedo (1980): (ed.) *Alphonse X. Primeyra Partida*, Éd. et étude, Braga, I.N.I.C.
- (1986): *Afonso X. Foro Real* (Ed. e estudo linguístico), I, Lisboa, I.N.I.C.
- GOMES, Rita Costa (1989): «L'émergence du politique dans le Portugal du Bas Moyen Âge — perspectives récentes», in *La Recherche en Histoire du Portugal*, Paris, Centre d'Études Portugaises, E.H.E.S.S./Soc. Franc. d'Hist. du Port., I, 25-32.
- GONÇALVES, Iria (1987a): «As despesas da Câmara Municipal de Loulé em meados do século XV», in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, C.M.L., 185-204.

- (1985b): *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, Câ. Munic. Porto.
- HESPANHA, António Manuel (1972): «Prática Social, Ideologia e Direito nos séculos XVII a XIX», *Vértice*, 32, 334-353 e 446-471.
- (1974): «Recomeçar a Reforma Pombalina? A propósito da Reforma dos Estudos Jurídicos de 1772», *Revista de Direitos e Estudos Sociais*, 19, 5-34.
- (1978): *A História do Direito na História Social*, Lisboa, Livros Horizonte.
- (1981): «L'histoire juridique et les aspects politico-juridiques du Droit (Portugal, 1900-1950)», *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, 10, 423-447.
- (1982): *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina.
- (1983): «Savants et rustiques, La violence douce de la raison juridique», *Ius Commune. Veröffentlichungen des Max-Planck-Instituts für Europäische Rechtsgeschichte*, 1983, 1-48.
- (1984): (ed.) *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Coleção de Textos*, Lisboa, Fund. C. Gulbenkian.
- (1986a): *Da 'Iustitia' à 'Disciplina'. Textos, poder e política penal no Antigo Regime*, Lisboa, polic.
- (1986b): «Une nouvelle histoire du droit?», in P. GROSSI (ed.): *Storia Sociale e dimensione giuridica. Strumenti d'indagine e ipotesi di lavoro. Atti dell'incontro di studio*, Milão.
- (1986c): *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal - Século XVII*, Lisboa, Ed. Autor.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1974): *Aspectos da Administração Central no reinado de D. Pedro I*, Porto, Fac. Letras U.P., polic.
- (1985): «Gama Barros, historiador das instituições administrativas», *Revista da Faculdade de Letras — História*, II.ª Série, II, 235-248.
- (1987): «L'État Portugais et ses serviteurs (1320-1433)», *Journal des Savants*, Jul.-Dez. 1987, 181-203.
- (1989a): «État, institutions, société politique sous Jean I^{er} et Édouard I^{er}», *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXVI, 35-48.
- (1989b): «A sociedade política joanina (1383-1433): para uma visão de conjunto», *En la España Medieval*, 12, 231-241.
- (1990): *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisboa, Livros Horizonte.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho; DUARTE, Luís Miguel; MOTA, Eugénia Pereira da (1987): «Percursos na burocracia régia (séculos XIII-XV)», in *Actas do Colóquio "A Memória da Nação"*, Lisboa (no prelo).
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho; FREITAS, Judite Gonçalves de; PEREIRA, Adelaide Lopes (1988): «Oficiais Régios e Oficiais Concelhos nos Finais da Idade Média: Balanços e Perspectivas», *Revista de História Económica e Social*, 24, 27-53.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1981): «Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa», *Bracara Augusta*, XXXV, fasc. 79 (92), 367-387.

- (1982): «Cidades Medievais Portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)», *Revista de História Económica e Social*, 9, 1-16.
- (1987): *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Ed. Presença.
- (1988): *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Ed. Estampa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar (1990): *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*, Lisboa, C.E.H. da U.N.L., I.N.I.C.
- MARQUES, José (1983): «A administração municipal de Vila do Conde em 1466», *Bracara Augusta*, XXXVII (fasc. 83-84).
- (1985): «A administração municipal de Mós de Moncorvo em 1439», *Brigantia*, V, 515-560.
- (1988): *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, I.N.-C.M.
- MARREIROS, Rosa (1985): «O Senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (Sécs. XIII-XIV). Sua Organização administrativa e judicial», *Estudos Medievais*, 5/6, 3-38.
- MATTOSO, José (1985a): «Feudalismo e História das Instituições», *Estudios Medievais*, 5/6, 129-137.
- (1985b): *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal*, Lisboa, Ed. Estampa.
- (1985c): «Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média», in *Portugal Medieval — Novas Interpretações*, Lisboa, I.N.-C.M., 273-291.
- MORENO, Humberto Baquero (1985): *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XIV e XV. Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença.
- (1986): *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença.
- (1989): «A representação do concelho de Caminha junto do poder central em meados do século XV», *Revista da Faculdade de Letras — História*, II.ª Série, VI, 95-104.
- (1990): *Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval. Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença.
- MOTA, Eugénia Pereira da (1989): *Do 'Africano' ao 'Príncipe Perfeito' (1480-1483). Caminhos da burocracia régia*, Tese Mest., Fac. Letras do Porto, polic.
- NOGUEIRA, Bernardo Sá (1988a): *Lourenço Eanes, tabelião de Lisboa (1301-1332). Reconstituição e análise do seu cartório*, Tese Mest., Fac. Letras de Lisboa, polic.
- (1988b): «O Padroado Régio Dionisino (1279-1321), entre a Organização Episcopal e a Chancelaria Régia», in *Arqueologia do Estado*, Lisboa, História & Crítica, I, 421-445.
- NOGUEIRA, Bernardo Sá; VIANA, Mário (1988): «Rui Pais Bugalho, privado d'el-rei D. Dinis. Origens familiares, património e carreira política», in *Arqueologia do Estado*, Lisboa, História & Crítica, I, 447-455.
- NOGUEIRA, José Artur Anes Duarte (1987): «A estrutura administrativa dos municípios medievais. Alguns aspectos», *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa*, Ano XXV, 249-316.

- NUNES, Eduardo Borges (1981): «Martim Martins, primeiro tabelião de Guimarães», in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Guimarães, IV, 25-31.
- Ordenações Afonsinas* (1984), Lisboa, Fund. C. Gulbenkian.
- Ordenações del-rei D. Duarte* (1988), Lisboa, Fund. C. Gulbenkian.
- Ordenações Manuelinas* (1984), Lisboa, Fund. C. Gulbenkian.
- PEREIRA, Adelaide Lopes (1989): “*Vereação*” e “*Vereadores*”: o governo do Porto em finais do século XV, Tese Mest., Fac. Letras Porto, polic.
- PEREIRA, Isaiás da Rosa (1986): «O tabelionato em Portugal», in *Notaria do publico y documento privado: de las orígenes al siglo XIV (Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática)*, Valência, 615-690.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins (1988): «As monarquias “centradas”. Redes de poder nos séculos XV-XVI», in *Arqueologia do Estado*, Lisboa, História & Crítica, I, 537-560.
- SILVA, Nuno Espinosa Gomes da (1985): *História do Direito Português. I vol. Fontes de Direito*, Lisboa, Fund. C. Gulbenkian.
- SOUSA, Armindo de (1983): «Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto em meados do século XV», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, II.ª Série, I, 9-103.
- (1989a): «As cortes medievais portuguesas — panorama bibliográfico», *Penélope*, 4, 139-155.
- (1989b): «A estratégia política dos municípios no reinado de D. João II», *Revista da Faculdade de Letras — História*, II.ª Série, VI, 137-174.
- (1990a): *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Porto, I.N.I.C.
- (1990b): «A governação de Braga no século XV (História resumida de uma experiência fracassada)», in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, II, Braga.
- SOUSA, João Silva de (1982): «Das autorizações de Porte de Armas e de Deslocação em Besta Muar, em meados do século XV. Algumas notas para o seu estudo», in *Estudos de História de Portugal (vol. I — sécs. X-XV). Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Ed. Estampa, 291-308.
- (1987): «Privilégios singulares e colectivos concedidos a algarvios no século XV», in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, Câm. Mun. Loulé, 219-229.
- (1988a): *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Tese Dout., U.N.L., polic.
- (1988b): «Segurança e Cartas de Segurança no século XV», in *Arqueologia do Estado*, Lisboa, História & Crítica, I, 457-464.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1987): «Política Municipal de Saúde Pública (sécs. XIV-XV)», *Rev. Hist. Econ. e Social*, 19, 17-32.